

Câmara aprova isenção de IPTU

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou ontem um projeto de lei que prevê isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) a cerca de 300 mil aposentados que ganham até três salários mínimos (R\$ 1.140) e moram em imóveis alugados na capital. O texto deve ser sancionado pelo prefeito Gilberto Kassab (DEM).

A renúncia fiscal do Executivo estimada pelo projeto, do vereador Cláudio Prato (PDT), é de R\$ 30 milhões. Se sancionado, a prefeitura terá 60 dias para regulamentá-lo. A benesse vale para o aposentado sem imóvel registrado em seu nome e passará a ser válida no ano posterior à concessão do pedido de isenção.

Esse foi o terceiro projeto de isenção tributária que passou pelo Legislativo com o apoio do governo. Na semana passada, outro projeto que concede descontos de até 100% no IPTU para os cerca de 90 mil pequenos e médios comerciantes Paulo que adaptaram suas fachadas por conta da lei Cidade Limpa foi aprovado.

O Executivo também manobrou para aprovar a isenção de ISS para mais de 30 mil profissionais autônomos sem formação escolar, como taxistas, vigilantes, manicures e sapateiros. No total, os projetos de isenção devem beneficiar, em ano de eleições municipais, cerca de 420 mil moradores da capital, superando R\$ 130 milhões a partir de 2008.

Além do texto sobre isenção de IPTU, outros 40 projetos de lei foram aprovados ontem pela Câmara. Entre eles, um de autoria do vereador Ademir da Guia (PR), que proíbe a venda de fogos de artifício na cidade.

Devem ser vetados os seguintes projetos: o que obriga a instalação de câmeras em cozinhas de restaurantes, do vereador Agnaldo Timóteo (PR) e o texto que proíbe a cobrança de estacionamento em shoppings e supermercados.